



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

PRINCIPAIS CAUSAS DIAGNÓSTICAS PARA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE ESTUDANTES DAS APAEs DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

ALESSI, Roberta¹; VILAR, Guilherme¹; MONTENEGRO, Anderson Lucas Holanda¹;
CORDEIRO, Marcos Freitas²; MARMITT, Luana Patrícia²;

1. Discentes do Curso de Medicina, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); 2. Docente do Curso de Medicina e do Mestrado em Biociências e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Área: Ciências da Vida e Saúde

Introdução: A deficiência intelectual é uma condição de difícil caracterização do ponto de vista conceitual, devido a sua definição muito variada, já que sofre influência do meio social e cultural. A definição mais aceita atualmente foi elaborada pela Organização Mundial da Saúde, que considera que "o retardamento mental refere-se ao funcionamento intelectual geral abaixo da média, que se origina durante o período de desenvolvimento e está associado a prejuízo no comportamento adaptativo". Com base nesse conceito, o estudo acerca dos diagnósticos etiológicos de pacientes neurológicos percebe-se relevante sobretudo na região meio-oeste de Santa Catarina, onde a dificuldade de diagnósticos mais objetivos dificulta o tratamento adequado de cada condição, levando indivíduos com demandas diferentes a frequentar os mesmos espaços, como as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), sem um adequado direcionamento das intervenções. **Objetivo:** Identificar os tipos e a ocorrência das principais causas diagnósticas para deficiência intelectual dos alunos matriculados em APAEs dos municípios do meio-oeste catarinense. **Método:** Estudo transversal realizado entre os anos de 2020 e 2021 nas APAEs dos municípios de Abdon Batista, Campos Novos, Capinzal, Celso Ramos e Vargem, das quais coletou-se informações dos prontuários dos alunos matriculados, tais como idade em anos completos, sexo, diagnóstico das condições de saúde dos alunos, classificação da doença pelo código de CID-10, dentre outras condições constantes no prontuário. Esse trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina sob o parecer de número 4.431.017. **Resultados:** Foram investigados 204 alunos, destes a maioria era do sexo masculino (56,4%), e tinham idade média de 29,6 anos (dp=20,6), variando de 1 à



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

81 anos. Identificou-se que apenas 42,6% dos alunos possuíam o diagnóstico etiológico no prontuário (havendo municípios com apenas 29,0% dos prontuários com esta informação e outros com 58,6%), ou seja, essa informação não estava presente para 57,4% da amostra. Observou-se que 54,4% das pessoas com menos de 40 anos possuíam diagnóstico conclusivo, enquanto aqueles com mais de 40 anos, apenas 19,2% possuíam diagnóstico ($p < 0,001$). Dentre aqueles com diagnóstico etiológico identificado, o mais prevalente foi Síndrome de Down (26,97%), seguido por Transtorno do espectro autista (14,6%), paralisia cerebral anóxica (12,4%), anoxia e microcefalia (ambos com 9,0%), dentre outros.

Conclusão: A análise realizada demonstra a relação entre a maior frequência de diagnósticos diferenciais em pessoas mais jovens, fator que pode estar relacionado aos avanços nos campos da psiquiatria e da neurologia, como também à grande necessidade e demanda desses serviços médicos na região meio-oeste catarinense. Apesar do trabalho realizado nas APAEs ser de extrema importância para o desenvolvimento dos pacientes que apresentam graus de deficiência variados, entende-se que diagnósticos diferenciais são fundamentais para que os alunos não se tornem dependentes a longo prazo desse serviço. Dessa forma, com a união dessas duas ferramentas, os pacientes terão acesso a tratamentos direcionados a seus reais transtornos e síndromes e uma melhor integração social, melhorando, assim, a qualidade de vida.

Palavras-chave: Diagnóstico. Deficiência Intelectual. Fatores socioculturais.

Contato: Roberta Alessi (roberta_alessi@unoesc.edu.br); Guilherme Vilar (guilherme.vilar@unoesc.edu.br)

Agradecimentos: A autora Roberta Alessi agradece ao Governo de Santa Catarina pela concessão de bolsa UNIEDU, aos professores orientadores Luana Marmitt e Marcos Cordeiro, as Apaes dos municípios consultados e ao colega autor desse resumo, Guilherme Vilar, pela sua disponibilidade; o autor Guilherme Vilar a todos os envolvidos nesse projeto de pesquisa.